

LUCRO LÍQUIDO DA AES TIETÊ ATINGE R\$357,9 MILHÕES NO 1T14

Comentários do Sr. Gustavo Pimenta - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

O 1T14 foi marcado pelo resultado da estratégia de sazonalização de energia adotada pela Companhia, que definiu perfis distintos para fins de lastro (contratos) e MRE no ano de 2014. A estratégia possibilitou ganhos no mercado de curto prazo de R\$372,9 milhões acima do registrado no mesmo período do ano anterior.

As vendas realizadas no mercado de curto prazo combinadas a um preço médio alto foram o principal fator que fez com que a receita líquida atingisse o montante de R\$ 756,2 milhões no trimestre, 26,4% acima do registrado no 1T13. O Ebitda apurado foi de R\$ 593,5 milhões e o lucro líquido de R\$ 357,9 milhões, 77,8% e 92,7% acima do registrado no primeiro trimestre de 2013, respectivamente.

Neste período a Companhia avançou sua estratégia de comercialização de energia, com destaque na contratação de +150 MWm¹ para 2018. O preço médio dos novos contratos firmados foi de R\$128/MWh.

O programa de modernização das usinas recebeu investimentos de R\$37,2 milhões para Água Vermelha, Barra Bonita, Promissão e Ibitinga, os quais visam à contínua melhoria das condições operacionais e maior eficiência das usinas.

Os indicadores operacionais de indisponibilidade não planejadas mantiveram-se a níveis reduzidos, com redução média anual de 39% ao longo dos últimos 4 anos.

A Companhia pagará aos seus acionistas R\$ 254,1 milhões como dividendo intermediário, correspondente a 71% do lucro líquido auferido no 1T14. Essa distribuição em montante inferior à totalidade do lucro líquido apurado no trimestre se deve à restrição prevista na legislação societária.

R\$ milhões	1T13	1T14	Var (%)
Receita Líquida	598,1	756,2	26,4%
Custos e Despesas Operacionais*	264,3	162,7	-38,5%
EBITDA	333,8	593,5	77,8%
Margem EBITDA - %	55,8%	78,5%	22,7 p.p
Lucro Líquido	185,7	357,9	92,7%
Margem Líquida - %	31,1%	47,3%	16,3 p.p
Patrimônio Líquido	1.991,4	2.141,7	7,6%
Dívida Líquida	760,3	829,2	9,1%
Geração de caixa operacional	335,1	419,0	25,0%

*não inclui depreciação

Índices	1T13	1T14	Var (%)
Lucro Líq** / PL (vezes)	0,4x	0,5x	16,5%
Dívida Líquida/ PL (vezes)	0,4x	0,4x	1,4%
Dívida Líquida/ EBITDA** (vezes)	0,5x	0,5x	-11,2%
EBITDA/ Desp.Financ. (vezes)	20,4x	34,9x	71,1%

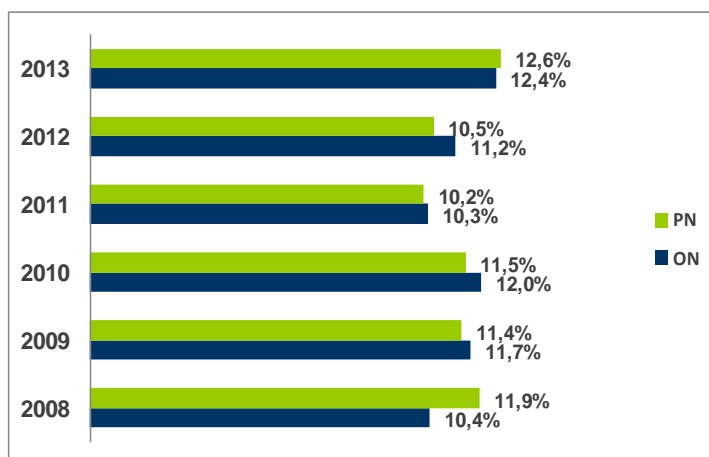
** últimos 12 meses

Dados Operacionais	1T13	1T14	Var (%)
Energia Gerada - GWh	3.198,3	2.804,1	-12,3%
Preço Contrato Bilateral***	182,7	194,2	6,3%
Investimentos - R\$ milhões	27.336,9	37.242,2	36,2%
Colaboradores próprios	359	345	-3,9%

*** Contrato com AES Eletropaulo

São Paulo, 31 de março de 2014 - A AES Tietê S.A. (BM&FBovespa: GETI3 e GETI4; OTC: AESAY e AESYY) anunciou hoje os resultados referentes ao 1º trimestre de 2014 (1T14) e ao 1º trimestre de 2013 (1T13). As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados da AES Tietê S.A. e de sua controlada AES Rio PCH Ltda., de acordo com a legislação societária.

Dividend Yield



GETI3: R\$ 15,36 GETI4: R\$ 18,24 (06/05/14)

VALOR DE MERCADO: R\$ 6.385 milhões

VALOR DE MERCADO: US\$ 2.861 milhões

¹ Inclui contratos de energia firmados no período de 26/fev/14 até 07/mai/14.

DESTAQUES DO 1T14

Operacional

- ↑ Manutenção do nível de indisponibilidades não programadas em patamares reduzidos (1,18% no 1T14 versus 1,01% no 1T13);
- ↓ Geração de energia 8% inferior à garantia física e 12% abaixo da registrada no 1T13, considerando decisão do ONS de reduzir o despacho hidrelétrico para a recomposição dos reservatórios.

Comercial

- ↑ Adição de novos contratos para o período de 2016 a 2018 ao preço médio de R\$128/MWh, totalizando 839MWh ou 68% da energia disponível para entrega em 2016, 703MWh (58%) em 2017 e 370MWh em 2018 (33%).

Financeiro

- ↑ A estratégia de sazonalização da garantia física para fins de lastro e MRE, adotada para o ano de 2014, foi o fator principal que resultou no aumento da Receita líquida e do Ebitda, que enceraram o 1T14 em R\$ 756,2 milhões e R\$ 593,5 milhões, representando um aumento, frente o mesmo período de 2013, de 26,4% e 77,8%, respectivamente; e,
- ↑ Lucro líquido verificado no 1T14 de R\$ 357,9 milhões, montante 92,7% superior ao verificado no mesmo período de 2013.

Dividendos

- ↑ Distribuição de dividendos intermediários de R\$ 254,1 milhões, correspondente a 71% do lucro líquido auferido no 1T14. A distribuição de dividendos inferior a totalidade do lucro líquido do 1T14 decorre de limitação contida na legislação societária.

Socioambiental

- ↑ Segurança: nenhum acidente com colaboradores próprios no período e, desde 2009, não são registrados acidentes com a população nos reservatórios das usinas;
- ↑ Eficiência no uso de recursos: 43,84 toneladas de resíduos destinadas à reciclagem ou reaproveitamento em outros processos produtivos, o que representa 90% do total de resíduos gerados pela Companhia; e,
- ↑ Geração de energia sustentável: Recebimento de US\$ 430,000 (R\$ 1,0 milhão) pela venda de créditos de carbono ao Banco Mundial, resultante do projeto pioneiro de MDL de reflorestamento.

CONTEXTO OPERACIONAL

GERAÇÃO HIDRELÉTRICA NO BRASIL

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é formado por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. Segundo o Operador Nacional do Sistema (ONS), apenas 1,7% da capacidade de produção de eletricidade do Brasil encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados, localizados principalmente na Região Amazônica. As atividades de coordenação e controle da operação de geração de energia são executadas pelo ONS, que procura manejar o estoque de energia de forma a garantir a segurança em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico para acumulação de água em seus reservatórios. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o volume total de energia gerada no País é alocado para cada usina hidroelétrica do SIN participante deste mecanismo, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física (ou energia assegurada). Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE tenham seus níveis de energia assegurados, independentemente dos níveis reais de produção. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias físicas e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado “Energia Secundária”, é alocado proporcionalmente entre os geradores.

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física das usinas do SIN, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do MRE, através do *Generation Scaling Factor* (GSF), efeito este conhecido como “Rebaixamento” da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Além disso, as usinas despachadas pelo ONS estão sujeitas à aplicação do Mecanismo de Redução de Garantia Física (MRA). O MRA verifica se as usinas participantes do MRE cumpriram ou não os requisitos de disponibilidade estabelecidos. Estes cálculos são feitos considerando os parâmetros de interrupções programadas e forçadas, verificados em relação aos parâmetros de referência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e, caso sejam descumpridos os requisitos de disponibilidade pelas usinas, a garantia física será ajustada podendo gerar exposições ao mercado de energia de curto prazo.

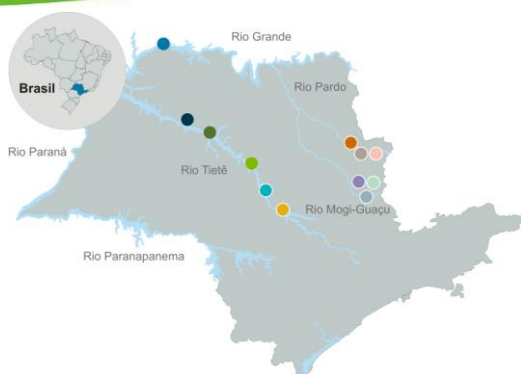
Os efeitos do MRA, de alocações do MRE, redução pelo GSF ou energia secundária são calculados e contabilizados por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A garantia física, calculada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pela ANEEL para cada usina hidrelétrica, é definida como a quantidade de energia que uma usina tem o direito de comercializar por meio de contratos de longo prazo.

PERFIL

Com um parque gerador formado por nove usinas hidrelétricas e três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), a AES Tietê atua no Brasil desde 1999 na geração e a comercialização de energia elétrica. A Companhia tem capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física de 1.278 MW.

As usinas da AES Tietê estão localizadas nos Rios Tietê, Pardo, Grande e Mogi-Guaçu, conforme demonstrado no mapa a seguir:



Usinas da AES Tietê:

- Água Vermelha (1.396 MW)
- Nova Avanhandava (347 MW)
- Promissão (264 MW)
- Bariri (143 MW)
- Barra Bonita (141 MW)
- PCH São Joaquim (3 MW)
- Ibitinga (132 MW)
- Euclides da Cunha (109 MW)
- Caconde (80 MW)
- Limoeiro (32 MW)
- PCH Mogi-Guaçu (7 MW)
- PCH São José (4MW)

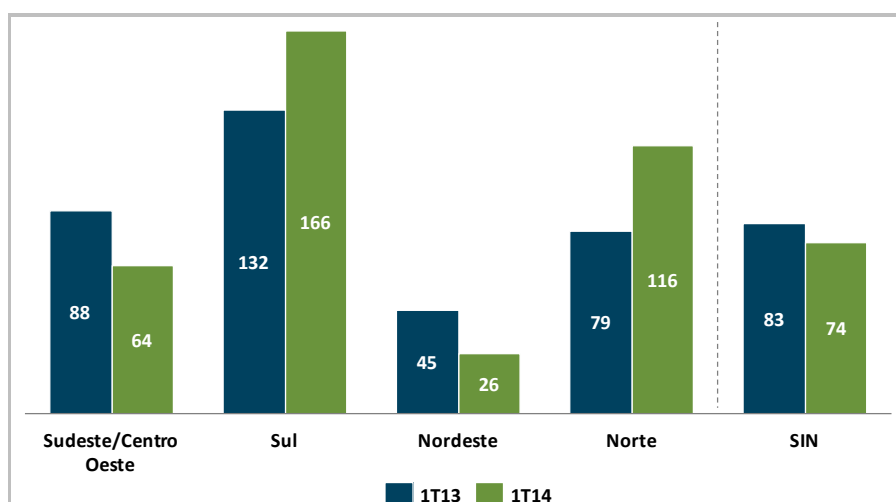
DESEMPENHO OPERACIONAL

RESERVATÓRIOS

O período de chuvas no Brasil, em particular no submercado Sudeste/Centro-oeste ("SE/CO"), Norte e Nordeste, ocorre durante os meses de novembro a abril. Entretanto, o período de chuvas iniciado em novembro de 2013 foi atipicamente seco e incidiu no baixo nível dos reservatórios do submercado SE/CO e de todo o SIN. Para o submercado SE/CO, as aflúências verificadas no 1T14, representam a 3º pior aflúência verificada desde 1931.

O gráfico a seguir apresenta um comparativo da evolução da Energia Natural Afluente (ENA), em cada um dos submercados e para o SIN, nos primeiros trimestres de 2013 e 2014, em relação à média de longo prazo ("MLT") verificada no período de 1931 até 2012.

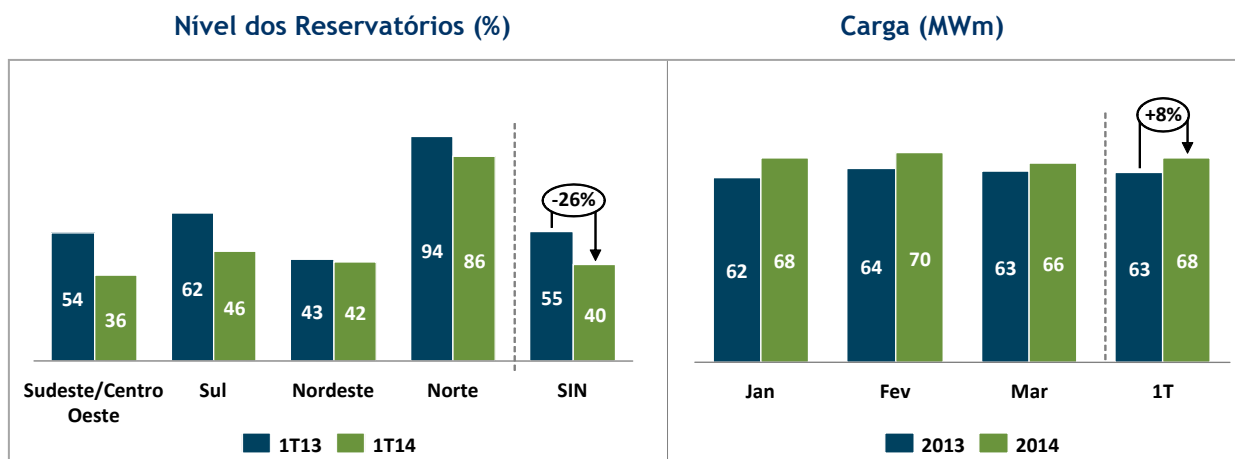
Energia Natural Afluente² (%MLT)



Para preservar os reservatórios, em vista da baixa aflúência verificada no 1T14, o ONS reduziu o despacho da geração hidrelétrica e elevou o despacho de geração térmica ao patamar de 15 GWm (versus 13 GWm no 1T13). Apesar do alto despacho térmico, o mesmo não foi suficiente para recuperar o nível dos reservatórios, pois a baixa aflúência do SIN no período e o crescimento médio do consumo de energia acima do nível histórico, em especial devido às altas temperaturas, contribuíram negativamente.

² A Energia Natural Afluente, também conhecida como ENA, é um parâmetro utilizado para representar as aflúências em um aproveitamento hidrelétrico.

Ao final do 1T14, o nível médio de armazenamento dos reservatórios do SIN foi de 40%, nível inferior ao verificado no mesmo período do ano de 2013, que foi de 55%. O nível médio de armazenamento dos reservatórios em cada um dos submercados do SIN não foi diferente, permanecendo abaixo do nível atingido em março do ano anterior, conforme se depreende do gráfico abaixo. Por outro lado, o consumo no trimestre (representado pela carga no segundo gráfico) evoluiu 8% no SIN, quando comparado ao 1T13.



O nível de armazenamento de energia equivalente nos reservatórios das usinas da AES Tietê encerrou o 1T14 em 44%, desempenho inferior ao observado no mesmo período de 2013, quando os reservatórios encerraram o mês de março em 78%. Essa variação está diretamente relacionada a situação hidrológica do submercado SE/CO, conforme anteriormente referenciado.

ENERGIA GERADA

No Brasil, devido à predominância da fonte hidráulica na matriz energética (-68%), adota-se o modelo de despacho centralizado, no qual o ONS determina o montante de energia a ser despachada para cada uma das usinas participantes do SIN, com base em modelos de otimização do uso da água estocada nos reservatórios e considerando-se as restrições de transmissão, para assim atender de forma confiável e econômica a demanda do mercado.

As usinas da AES Tietê seguem os critérios acima, de tal forma que a variação na geração de seu parque gerador está diretamente associada aos despachos definidos pelo ONS para garantir a estabilidade do sistema e não necessariamente ao seu desempenho operacional.

No 1T14, o volume total de energia gerada pelas usinas da AES Tietê atingiu 2.804,1 GWh, 12,3% inferior ao mesmo período de 2013, tendo em vista as condições hidrológicas desfavoráveis e maior despacho térmico no período, que resultou na decisão do ONS de reduzir o despacho das hidroelétricas no submercado SE/CO.

A variação no volume de energia gerada pelas usinas da AES Tietê no 1T14 versus 1T13, com destaque para as usinas de Caconde e Água Vermelha, que geraram, respectivamente, 49,5% e 24,2% acima do 1T13, pode ser verificada na tabela a seguir:

Geração (Usinas) - GWh	1T13	1T14	Variação (%) 1T14 x 1T13
Energia Gerada Bruta	3.198,3	2.804,1	-12,3%
Água Vermelha (Sen. José Ermírio de Moraes)	1.392,1	1.728,4	24,2%
Bariri (Álvaro de Souza Lima)	243,4	126,0	-48,2%
Barra Bonita	206,0	79,2	-61,6%
Caconde	47,7	71,3	49,5%
Euclides da Cunha	156,3	89,1	-43,0%
Ibitinga	175,8	157,5	-10,4%
Limoeiro (Armando Salles de Oliveira)	33,1	24,3	-26,6%
Nova Avanhandava	543,7	316,7	-41,8%
Promissão (Mário Lopes Leão)	391,0	207,5	-46,9%
Mogi / S. Joaquim / S. José	9,2	3,9	-57,3%

A geração total bruta das usinas da Companhia no 1T14 foi equivalente a 92,3% da sua garantia física bruta versus 101,9% da sua garantia física bruta em 1T13. Essa variação reflete o menor despacho das usinas pelo ONS mencionado acima.

DESEMPENHO COMERCIAL

GARANTIA FÍSICA & SAZONALIZAÇÃO

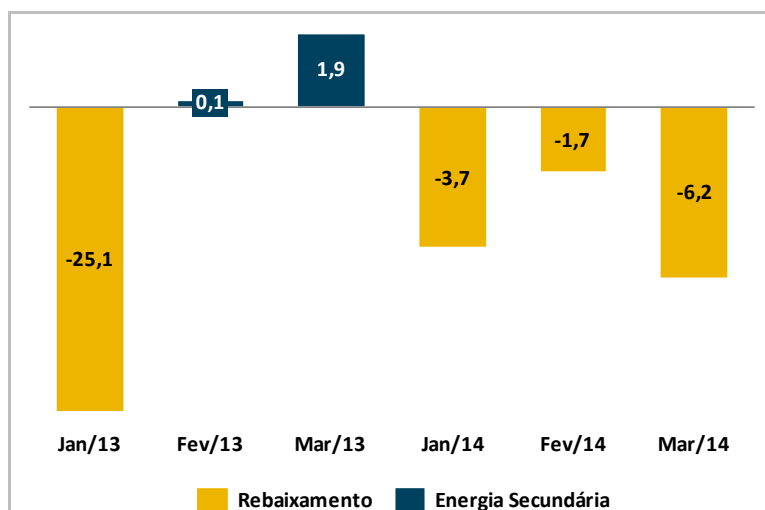
A redução da geração de energia pelas usinas hidrelétricas no SIN acarretou no 1T14 o rebaixamento da Garantia Física do SIN, efeito esse que expõe as usinas participantes do MRE ao mercado de curto prazo, dependendo de seu nível de contratação.

No 1T14, o total da geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas pertencentes ao SIN foi inferior ao total de sua Garantia Física, gerando um déficit no sistema conhecido como Rebaixamento. O efeito contrário ao rebaixamento, isto é, quando o sistema apresenta um superávit entre a Garantia Física e a produção de energia destinada ao MRE, é conhecido como Energia Secundária. Informações adicionais sobre estes dois mecanismos estão detalhadas na seção “Geração Hidrelétrica no Brasil”.

O gráfico a seguir apresenta os efeitos de rebaixamentos contabilizados pela CCEE nas liquidações financeiras por ela efetuadas no ano de 2013 e para o 1T14³.

³ Refere-se aos valores contabilizados na liquidação da CCEE. Valores contabilizados na Companhia sofrem influência do provisionamento, considerando que liquidação da CCEE de um determinado mês é disponibilizada, em média, em até 60 dias após o fechamento de determinado mês. Dessa forma, valores contabilizados no 1T14 na Companhia referem-se (i) as contabilizações verificadas na CCEE de Jan/14; (ii) provisionamento de Fev/14 e Mar/14; (iii) variações entre o provisionado em Nov/13 e Dez/13 (contabilizados no 4T13) e o realizado para esses meses.

Rebaixamento e Energia Secundária (%)



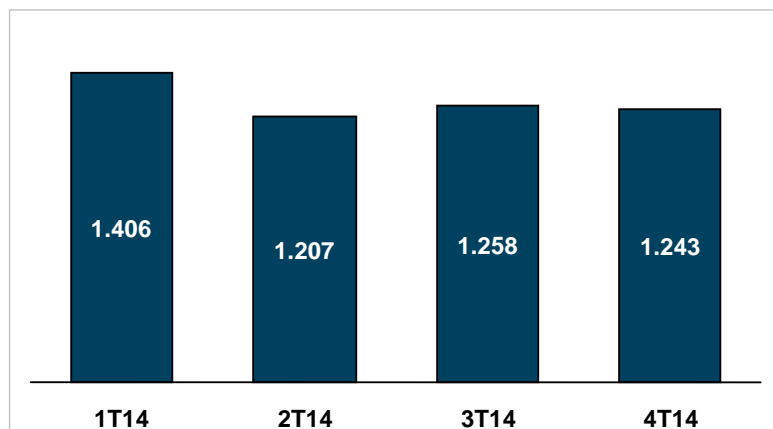
Sazonalização de Garantia Física para fins de Lastro e MRE

Com o advento da Resolução ANEEL n.º 584/2013, que prevê a declaração da sazonalização da garantia física para fins de lastro (contratos) e para fins de alocação de energia no MRE, a Companhia adotou uma estratégia de sazonalização que visa minimizar a exposição aos riscos hidrológicos.

A estratégia adotada pela Companhia ao declarar o seu perfil de sazonalização para o MRE, em dezembro de 2013, resultou em uma maior alocação de sua energia no primeiro trimestre de 2014, em linha com o perfil dos demais agentes participantes do MRE. O perfil de sazonalização do lastro, por sua vez, concentrou maior alocação de garantia física para o segundo semestre de 2014. Essa estratégia de alocação possibilitará à Companhia mitigar os impactos com compra de energia no mercado de curto prazo, considerando o cenário hidrológico desfavorável para este ano.

O gráfico a seguir apresenta a estratégia de sazonalização para o MRE e Lastro adotada pela Companhia para o ano de 2014. A variação entre o montante sazonalizado para fins de MRE, após a contabilização de perdas, consumo interno, indisponibilidades e eventual rebaixamento, e lastro, constitui nos ganhos e/ou perdas com a venda de energia no mercado de curto prazo.

Estratégia de Sazonalização de Garantia física para MRE (MW médios)



Projeção de redução da Garantia Física para o ano de 2014

A Companhia estima que o rebaixamento médio a ser contabilizado no ano estará entre 6 a 8%. Esta previsão considera a manutenção do despacho térmico médio na ordem de 15 GWm, a sazonalização das usinas participantes do MRE, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio de R\$ 700/MWh e aflúências durante o período seco (maio até outubro de 2014) próximos a 90% da MLT.

Esse rebaixamento pode resultar na compra aproximada de 800 GWh a 1.000 GWh de energia no mercado de curto prazo para cobrir esta exposição, considerando que a Companhia tem hoje 100% da sua energia contratada. Dado tal previsão, o impacto negativo líquido esperado em 2014 pode ser de R\$ 350 a R\$ 500 milhões.

FONTES DE RECEITA

AES Eletropaulo

A quantidade de energia contratada com a AES Eletropaulo é de 1.268 MWm. Esse é o montante total de energia que deve ser entregue a cada ano até o término do contrato em 31 de dezembro de 2015.

O contrato admite sazonalidade, ou seja, o volume de energia entregue à AES Eletropaulo varia ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado por ela atendido e com a alocação de energia dos demais contratos por ela celebrados.

O preço praticado no contrato foi fixado em 2000, data em que ele foi homologado pela ANEEL, que estabeleceu o Valor Normativo (VN) como parâmetro de preço para contratações bilaterais. Desde então o preço do contrato é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. A última atualização ocorreu em 04 de julho de 2013, passando o preço do contrato de 182,66/MWh para R\$ 194,19/MWh, com base no IGP-M acumulado do período de 5,14%.

CCEE (MRE, Spot e Administrativas)

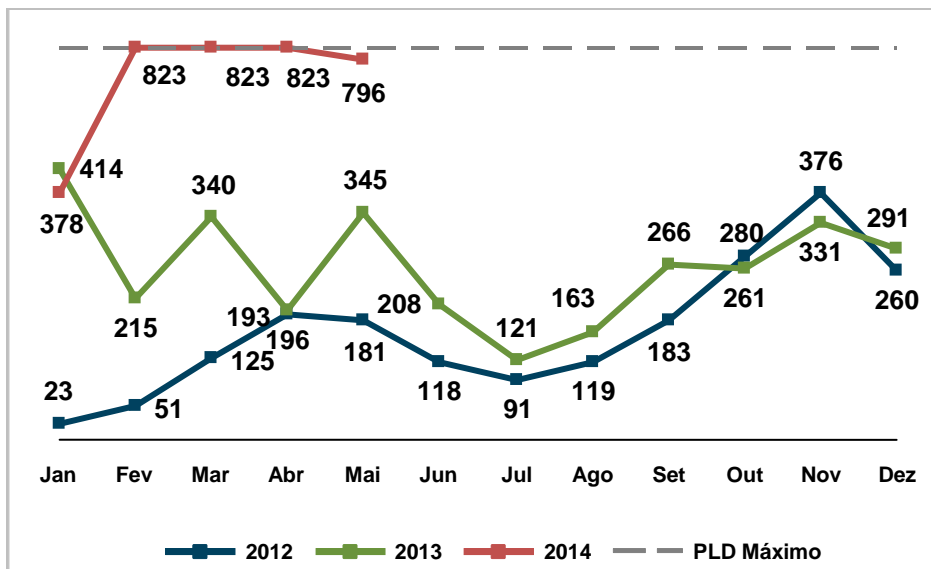
A tarifa aplicada à energia faturada no MRE é ajustada anualmente pela ANEEL, em janeiro, pela variação do IPCA. A tarifa vigente em 2014 é de R\$ 10,54/MWh, enquanto em 2013 era de R\$ 10,01/MWh. Essa tarifa é determinada de forma a reembolsar os custos variáveis de operação e manutenção das usinas.

O preço da energia faturada no mercado spot, denominado de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), varia de acordo com as condições elétricas, hidrológicas e de oferta e demanda de energia. A partir de setembro de 2013, o PLD passou a incorporar o mecanismo de aversão ao risco, chamado CVaR, que tende a antecipar o despacho térmico de forma a manter a operação do sistema mais conservadora. Antes da Resolução n.º 03 do Conselho Nacional de Política Energética (Resolução CNPE 03), que determinou esse novo modelo de formação do PLD, as despesas com o acionamento dessas usinas térmicas eram cobradas por meio do ESS (Encargo de Serviços do Sistema).

O resultado da hidrologia desfavorável verificada no período chuvoso de 2013 /2014 (de novembro a abril), o aumento no consumo de energia e a necessidade de manutenção de um despacho térmico elevado foram preponderantes para a adoção, nos meses de fevereiro e março de 2014, do PLD máximo regulamentado pela ANEEL no valor de R\$ 822,83/MWh para o submercado Sudeste/Centro-Oeste ("SE/CO"). Verificou-se, portanto, um incremento no trimestre no PLD médio no submercado SE/CO de 105%, o qual passou de R\$ 326,30/MWh no 1T13 para R\$ 669,76/MWh no 1T14.

O gráfico a seguir ilustra a variação do PLD mensal para os anos de 2012 a 2014:

Evolução Mensal do PLD no submercado SE/CO
(R\$/MWh)⁴



Estratégia de Comercialização de Energia e Outros Contratos Bilaterais

A Companhia definiu sua estratégia para a comercialização de energia disponível após dezembro de 2015, quando vence o contrato bilateral com a AES Eletropaulo.

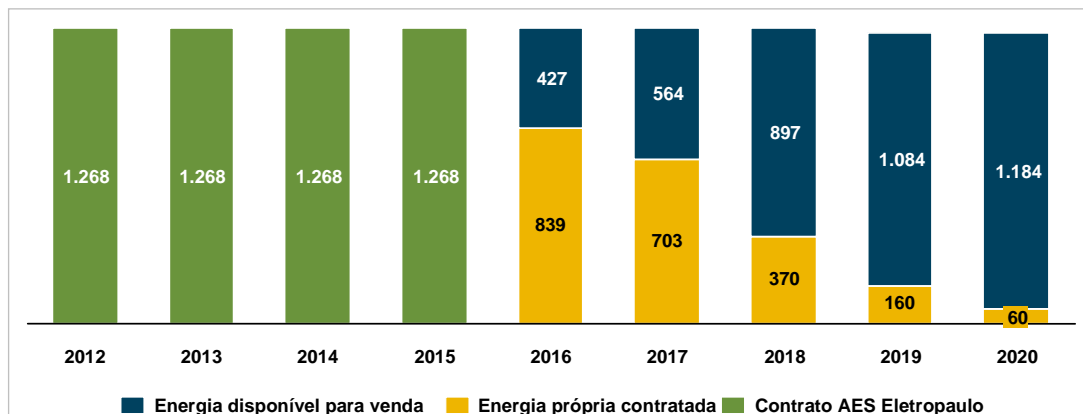
O objetivo dessa estratégia é formar uma base de clientes no mercado livre e ao mesmo tempo buscar margens na comercialização, de tal forma que o contrato com a AES Eletropaulo seja totalmente substituído por uma diversificada carteira de clientes.

Como resultado dessa estratégia, o portfólio de contratos bilaterais no mercado livre apresentou crescimento no trimestre de 358 MWm para 2016, 333 MWm para 2017 e 210 MWm para 2018, a um preço médio de R\$128/MWh, parte desses contratos já anunciados no 4T13.

Desta forma, o portfólio atual da Companhia totaliza 839 MWm de energia própria vendida para entrega em 2016, 703 MWm para entrega em 2017 e 370 MWm para entrega em 2018 conforme pode ser verificado no gráfico a seguir:

⁴ Os preços médios referentes ao período de abril a ago/13 foram calculados com base nos valores de PLD1. A partir de set/13, calculam-se apenas os valores de PLD, que incorpora os mecanismos de aversão ao risco ao modelo de cálculo; PLD de mai/14 refere-se ao PLD médio válido para a semana 03/05/14 a 09/05/14

Histórico e Evolução da carteira de clientes⁵ (MW médios)



Crédito de Carbono (Projeto MDL de Reflorestamento da AES Tietê)

A partir de 2004, a AES Tietê iniciou a elaboração de uma metodologia de cálculo para quantificar o carbono sequestrado por árvores de espécies nativas utilizadas na recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios de suas usinas hidrelétricas. Após ser aprovada em 2007 pelas Nações Unidas, a AES Tietê deu início ao desenvolvimento do Projeto Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) de Reflorestamento com base nesta metodologia.

Em 2011, o referido projeto foi aprovado pela ONU e, desde então, todos os plantios realizados pela empresa no período de 2001 a 2012 foram verificados. Após passar por uma auditoria de pré-verificação em 2012 e uma de verificação em 2013, os certificados de créditos de carbono foram emitidos pelo Conselho Executivo das Nações Unidas no início de 2014.

Paralelamente, em 2009, a AES Tietê e o Banco Mundial firmaram um contrato para a compra dos créditos de carbono gerados pelo projeto, por um prazo aproximado de 10 anos, com vigência até dezembro de 2013. Com base nos resultados das verificações técnicas, o contrato foi aditado e seu prazo para recebimento dos créditos estendido até dezembro de 2014.

No mês de março de 2014 a AES Tietê contabilizou o valor de aproximadamente R\$ 1,0 milhão (US\$ 430,000) pela venda de créditos de carbono ao Banco Mundial.

ENERGIA FATURADA

A energia faturada pela AES Tietê reduziu 14,3% na comparação entre o 1T14 e o 1T13. As variações são detalhadas a seguir:

⁵ Apenas energia convencional e exclui perdas e consumo interno

Energia Faturada (Consolidado) - GWh	1T13	1T14	Varição (%)
Energia Faturada	4.181,9	3.583,5	-14,3%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	3.058,1	2.329,1	-23,8%
CCEE	641,7	716,4	11,6%
<i>Spot</i>	41,8	540,6	1194,4%
<i>MRE</i>	599,9	175,8	-70,7%
Outros Contratos Bilaterais	482,1	538,0	11,6%

No 1T14, as vendas para a AES Eletropaulo totalizaram 2.329,1 GWh, 23,8% inferior ao volume vendido no 1T13. A redução observada no trimestre é explicada pela sazonalidade do contrato, que varia a cada ano, conforme explicado na seção “Fontes de Receita - AES Eletropaulo”.

O volume de energia faturada por meio da CCEE no 1T14 aumentou 11,6% se comparado ao 1T13, devido ao maior volume de energia vendida no mercado de curto prazo (1.194,4%). O mesmo se deu com o volume de vendas por meio dos contratos bilaterais, o qual superou o registrado no 1T13 em 11,6%.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA BRUTA

No 1T14, a receita operacional bruta da AES Tietê totalizou R\$ 814,0 milhões, 28,8% superior àquela registrada no 1T13, de R\$ 631,8 milhões. O resultado é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) elevação de 1.194% no volume de energia vendida no mercado de curto prazo (540,7 GWh no 1T14 ante 41,8 GWh no 1T13) associado ao maior preço médio da energia no submercado SE/CO, do qual a Companhia faz parte (R\$ 669,76/MWh no 1T14 versus R\$ 326,30/MWh no 1T13);
- (ii) elevação de R\$ 3,1 milhões na energia vendida por meio de outros contratos bilaterais, i.e., um aumento no volume de 11,6% (538,0 GWh no 1T14 ante 482,0 GWh no 1T13); esses dois eventos foram parcialmente compensados pela:
- (iii) redução de 23,8% no volume de energia vendida para a AES Eletropaulo (2.329,1 GWh no 1T14 ante 3.058,1 GWh no 1T13).

Receita Bruta (Consolidado) - R\$ milhões	1T13	1T14	Varição (%)
Suprimento de Energia	631,8	814,0	28,8%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	558,6	452,3	-19,0%
CCEE	16,7	301,1	1704,8%
<i>Spot</i>	10,1	297,0	2832,0%
<i>MRE</i>	6,5	3,1	-52,9%
<i>Outras (Administrativos)</i>	0,0	1,1	7191,2%
Outros Contratos Bilaterais	56,5	59,6	5,5%
Créditos de Carbono	0,0	1,0	-

DEDUÇÕES DA RECEITA

PIS e COFINS são impostos que incidem sobre a receita da AES Tietê. A alíquota aplicada ao contrato bilateral com a AES Eletropaulo é de 3,65% (regime cumulativo). Para as demais fontes de receita da Companhia, a alíquota é de 9,25% (regime não cumulativo).

A AES Tietê registrou R\$ 57,8 milhões em deduções de receita no 1T14 ante R\$ 33,7 milhões no 1T13, um incremento de 71,7%. Esse desempenho é explicado pela maior participação das receitas registradas com as operações na CCEE, cuja alíquota é de 9,25%.

RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida da AES Tietê totalizou R\$ 756,2 milhões no 1T14, montante 26,4% superior ao registrado no 1T13. Esse desempenho reflete, principalmente a elevação nas receitas com a CCEE, em decorrência do maior volume de energia vendida no mercado de curto prazo, parcialmente compensada pelo menor volume de energia vendida para a AES Eletropaulo.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, no 1T14 totalizaram R\$ 162,7 milhões o que representa uma redução de 38,5% (ou R\$ 101,6 milhões) em relação ao registrado no mesmo trimestre do ano anterior. O resultado é explicado principalmente pelo menor volume de compra de energia no mercado de curto prazo e no MRE neste trimestre (296,5 GWh no 1T14 ante 826,9 GWh no 1T13), dado a estratégia da Companhia de alocação de sua energia no MRE, conforme mencionado anteriormente.

As despesas com PMSO gerenciáveis apresentaram um aumento de 6,4% no 1T14 em relação ao 1T13. Esta evolução reflete sazonalização de custos de 2013.

No último trimestre de 2013, a Companhia divulgou que trabalhará, em 2014, no crescimento zero, em termos nominais, dos custos gerenciáveis apresentados no ano de 2013. As principais iniciativas desse programa de revisão de custos estarão centradas: (i) em melhorias nos processos de operação e manutenção das usinas e eclusas, (ii) na internalização do processo de gestão de seus reservatórios e (iii) na reavaliação dos custos administrativos, por meio da redução dos serviços de terceiros.

R\$ mil	1T13	1T14	Var (%)
Custos e Despesas Operacionais Reportado	264.310	162.678	-38,5%
Encargos e taxas setoriais	39.729	41.826	5,3%
Energia comprada	185.622	69.673	-62,5%
Total de encargos e taxas setoriais + energia comprada	225.351	111.499	-50,5%
Pessoal	19.319	18.632	-3,6%
Material e serviços de terceiros	17.166	28.090	63,6%
Outros	2.474	4.457	80,2%
PMSO Reportado	38.959	51.179	31,4%
Entidade Previdência Privada	1.199	588	-51,0%
Provisões Operacionais	(1.785)	172	-109,6%
Recuperação Seguros	-	-	-
Normalização Manutenção bianual eclusas	(1.358)	5.734	-522,3%
Outros não gerenciáveis*	(1.097)	(13)	-98,9%
PMSO Gerenciável	41.999	44.697	6,4%

* ganhos e receitas com venda de ativos.

As principais variações das contas de custos e despesas operacionais serão detalhadas a seguir:

Custos com Energia Comprada, Taxas Setoriais e Encargos

R\$ mil	1T13	1T14	Var (%)
Comp. Financ. Utiliz. Rec.Híd.	16.146	17.008	5,3%
Transmissão e Conexão	21.901	23.222	6,0%
Taxa de Fiscalização / Demais Encargos	1.682	1.596	-5,1%
Energia Comprada	185.622	69.673	-62,5%
TOTAL - Custos operacionais e compra Energia	225.351	111.499	-50,5%

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

As despesas com a CFURH aumentaram 5,3% na comparação do 1T14 com o 1T13, influenciada pelo reajuste de 5,44% na Tarifa Atualizada de Referência ("TAR"), que foi fixada em R\$ 79,87/MWh desde janeiro de 2014. O aumento foi compensado parcialmente pelo menor volume de energia gerada no período (2.804,1 GWh no 1T14 versus 3.198,3 GWh no 1T13).

Transmissão e Conexão

Os custos com transmissão e conexão totalizaram R\$ 23,2 milhões no 1T14, um aumento de 6,0% em comparação ao 1T13. O reajuste da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUSD-rb) da usina de Água Vermelha (impacto de 7,6% 1T14 versus 1T13) e o reajuste previsto nos contratos de conexão das usinas hidrelétricas da Companhia, foram preponderantes para tal incremento.

Taxas de Fiscalização / Demais Encargos

Os custos com Taxas de Fiscalização / Demais Encargos, que incluem Taxa de Fiscalização da ANEEL e Demais Taxas e Encargos com a CCEE e ONS totalizou no 1T14 R\$ 1,6 milhões, 5,1% inferior ao valor registrado no 1T13. Essa redução reflete o menor rateio com a contribuição à CCEE.

Energia Comprada

O custo com energia comprada para revenda reduziu R\$ 115,9 milhões na comparação dos trimestres, passando de R\$ 185,6 no 1T13 para R\$ 69,8 milhões no 1T14. Esse resultado é influenciado, principalmente, por menores custos com compra de energia no mercado spot, associado a estratégia de sazonalização mencionada acima, parcialmente compensados pelo:

- (i) maior preço médio no submercado Sudeste/Centro-Oeste (R\$ 669,76/MWh no 1T14 versus R\$ 326,30/MWh no 1T13); e,
- (ii) maior volume de energia comprada para revenda (504,4GWh no 1T14 versus 461,6GWh no 1T13) para atender a estratégia de comercialização da Companhia.

Custos e Despesas com Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO Reportado)

Pessoal

R\$ mil	1T13	1T14	Var (%)
Pessoal e Encargos	18.120	18.044	-0,4%
Entidade Previdência Privada	1.199	588	-51,0%
TOTAL	19.319	18.632	-3,6%

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 18,6 milhões no 1T14, um decréscimo de 3,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa redução é resultado da eficiência do quadro de colaboradores próprios (359 no 1T13 para 345 no 1T14), compensando os efeitos do acordo coletivo realizado em junho/13 e, do aumento da taxa de desconto para o cálculo da estimativa do retorno dos ativos, conforme Deliberação CVM n.º 695/2012.

Material e serviços de terceiros

Na comparação entre o 1T14 e o 1T13, os custos com material e serviços de terceiros somaram R\$ 28,9 milhões no 1T14, um incremento de 63,6% em relação ao 1T13. Essa variação é justificada pela sazonalização de custos no ano de 2013, concentrado no 4T13 e está principalmente relacionada:

- (i) à manutenção bianual das esclusas das usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava, no valor de R\$ 7,0 milhões; e,
- (ii) às ações de manutenções civis e preventivas nas usinas no valor de R\$ 2,4 milhões, de acordo com o plano de manutenções da Companhia.
- (iii) às ações ambientais de reflorestamento e arqueologia no valor de R\$ 1,2 milhões, relacionadas as novas compensações ambientais previstas na renovação das licenças das usinas em 2013.

Provisões Operacionais e Outras Despesas/ Receitas Operacionais

R\$ mil	1T13	1T14	Var (%)
Outras despesas (receitas) operacionais	4.259	4.285	0,6%
Provisões Operacionais	(1.785)	172	-109,6%
TOTAL	2.474	4.457	80,2%

No 1T14, as provisões operacionais e outras despesas/ receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 4,5 milhões, ante uma despesa de R\$ 2,5 milhões no 1T13. Essa variação está principalmente relacionada:

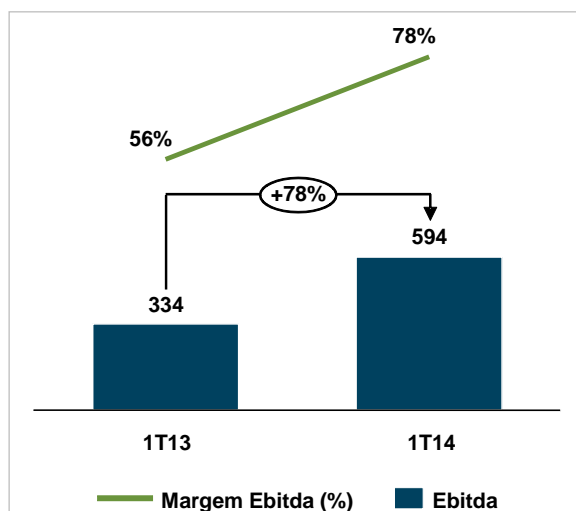
- (i) à reversão de PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa), no valor de R\$ 1,7 milhão no 1T13, em virtude do recebimento de parte do valor devido pela massa falida do Banco Santos em janeiro de 2013; e
- (ii) à reversão de contingência no valor de R\$ 0,8 milhões, referente as alterações no cálculo do PIS instituídas pela Lei 9.718/98 e cuja decisão judicial foi favorável a Companhia.

EBITDA

A AES Tietê registrou Ebitda de 593,5 milhões no 1T14, com margem de 78,5%, um incremento de 77,8% em relação ao valor verificado no 1T13 (R\$ 333,8 milhões), que apresentou uma margem de 55,8%. Essa variação é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) aumento de R\$ 372,9 milhões devido ao maior volume e preços de energia vendidos no mercado spot, relacionado à estratégia de sazonalização adotada pela Companhia para 2014; parcialmente compensados pela:
- (ii) redução de R\$ 101,4 milhões referente ao menor volume de energia vendida para a AES Eletropaulo, parcialmente compensado pelo aumento do preço médio desse contrato;
- (iii) aumento de R\$ 10,9 milhões no grupo materiais e serviços, relacionados aos processos de manutenções das esclusas e usinas da Companhia.

Evolução Ebitda (R\$ milhões)



RESULTADO FINANCEIRO

No 1T14, o resultado financeiro líquido registrado pela Companhia foi uma despesa de R\$ 10,4 milhões, comparado a uma despesa de R\$ 10,8 milhões, registrada no 1T13. A variação de 3% decorre, sobretudo, do aumento do CDI médio do período e do aumento do saldo da dívida bruta da Companhia (R\$ 1.447,1 milhões no 1T14 versus R\$ 1.436,0 milhões no 1T13), compensado pelo aumento dos juros capitalizados.

R\$ mil	1T13	1T14	Var (%)
Receitas Financeiras	5.755	10.246	78,0%
Despesas Financeiras	(16.511)	(20.675)	25,2%
Despesas Financeiras	(16.414)	(23.239)	41,6%
Variações Monetárias	(97)	2.564	-2743,3%
Resultado Financeiro	(10.756)	(10.429)	-3,0%

Receitas Financeiras

No 1T14 as receitas financeiras cresceram 78,0% em relação ao 1T13. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento no saldo médio de aplicações financeiras no 1T14 frente ao 1T13 (R\$ 411,7 milhões versus R\$ 319,1 milhões, respectivamente) e pelo aumento da rentabilidade média verificada no período (101,2% do CDI no 1T14 versus 97,6% do CDI no 1T13), resultando no aumento da renda das aplicações financeiras no valor total de R\$ 5,4 milhões.

Despesas Financeiras e Variações Monetárias

As despesas financeiras e variações monetárias somaram R\$ 20,7 milhões no 1T14, montante 25,2% superior ao registrado no 1T13 (R\$ 16,5 milhões). Tal variação é explicada, sobretudo, pelo:

- (i) aumento dos encargos financeiros das dívidas da Companhia (R\$ 31,4 milhões no 1T14 versus R\$ 18,3 milhões no 1T13) devido ao maior saldo da dívida líquida (R\$ 829,2 milhões no 1T14 versus R\$ 760,3 milhões no 1T13) e a elevação do CDI médio no período (10,3% no 1T14 versus 7,0% no 1T13); compensado pelo:

- (ii) aumento do saldo de juros capitalizados no valor de R\$ 5,5 milhões associado ao incremento na base de ativos imobilizados em curso no período, considerando o plano de manutenção e modernização das usinas nos anos de 2013 e 2014;
- (iii) à reversão de R\$ 2,3 milhão referente a decisão favorável, para a AES Tietê, em processo que no qual a Companhia questionou alterações no cálculo do PIS instituídas pela Lei 9.718/98, em 2014, e a anulação, em 2013, de um auto de infração na ANEEL contra a Companhia;
- (iv) as atualizações em processo judicial que discute a obrigatoriedade da Companhia em efetuar compra de energia oriunda de Itaipú (R\$ 0,7 milhões), relacionado a valorização do real frente ao dólar, verificada no 1T14, frente ao contabilizado no último trimestre de 2013.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido auferido pela AES Tietê no 1T14 foi de R\$ 357,9 milhões, resultado 92,7% superior ao obtido no 1T13 (R\$ 185,7 milhões). Contribuíram para tal desempenho os seguintes fatores:

- (i) maior volume e aumento do preço médio da energia transacionada no mercado spot, totalizando uma variação positiva de R\$ 372,9 milhões; parcialmente compensados;
- (ii) menor volume de energia vendida para a AES Eletropaulo, parcialmente compensado pelo aumento do preço médio do contrato;
- (iii) aumento de tributos e contribuição social no valor de R\$ 88,8 milhões, associado incremento no resultado financeiro e operacional auferido no período; e
- (iv) aumento de R\$ 10,9 milhões no grupo materiais e serviços, relacionados aos processos de manutenções das esclusas e usinas da Companhia.

PROVENTOS

A Administração da AES Tietê aprovou a distribuição de R\$ 254,1 milhões como dividendos intermediários relativos ao 1T14, correspondentes a 71,0% do lucro líquido auferido no período.

A distribuição de dividendos em montante inferior à totalidade do lucro líquido apurado pela Companhia no 1T14 (R\$ 357,0 milhões) decorre de limitação prevista na legislação societária (artigo 204, § 1º da Lei da S.A.), segundo a qual a os dividendos trimestrais pagos não podem exceder ao montante das reservas de capital (R\$ 254,1 milhões no caso da AES Tietê).

A tabela abaixo apresenta a proposta de distribuição de dividendos trimestrais da Companhia.

Dividendos AES Tietê 1T14 (R\$ milhões)	
Lucro do Exercício - 31 de março de 2014	357,9
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	17,3
Constituição de Reserva Legal (5%)	-
Base para distribuição de dividendos	375,3
Dividendos intermediários - 1T14	254,1
Saldo remanescente	121,2

Considerando o preço médio ponderado das ações ordinárias (R\$ 15,59) e preferenciais (R\$ 17,73) no 1T14, o dividend yield do período é de 4,1% e 3,9%, respectivamente, para as ações ordinárias e preferenciais.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de março de 2014, a dívida bruta da AES Tietê totalizava R\$ 1.447,1 milhões, 0,8% superior à posição da dívida bruta na mesma data de 2013 (R\$ 1.436,0 milhões), em função, principalmente, da 2ª e 3ª emissões de debêntures realizadas pela Companhia, respectivamente, em 15 de maio de 2013 e 20 de março de 2014. Tais emissões apresentam prazo de vencimento de seis anos e tiveram parte de seus recursos utilizados, respectivamente, para a primeira e segunda amortização da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

Debêntures	Montante	Vencimento	em R\$ milhões
			Custo Nominal
1ª emissão	614,5	04/2015	CDI + 1,20% a.a.
2ª emissão	501,9	05/2019	CDI + 0,79% a.a.
3ª emissão	300,0	03/2020	108,2% do CDI

No encerramento do 1T14, as disponibilidades somavam R\$ 617,9 milhões, montante R\$ 57,8 milhões inferior ao registrado no mesmo período de 2013, devido, principalmente ao volume de investimentos dos últimos 12 meses.

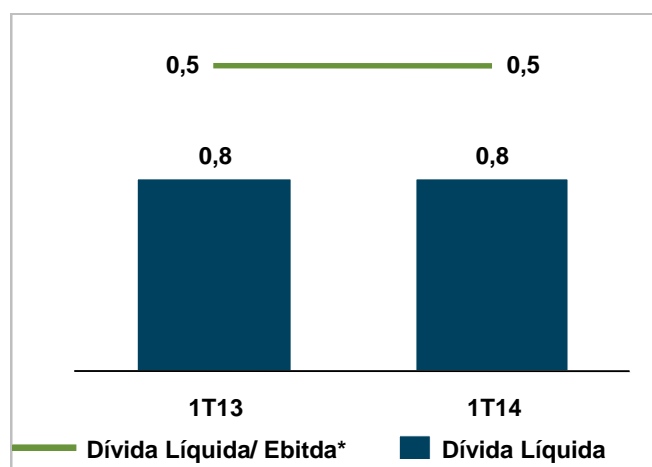
Covenants

A 1ª emissão de debêntures da Companhia possui covenant financeiro que considera o índice Dívida Bruta pelo Ebitda Ajustado⁶, que não pode ser igual ou superior a 2,5x. Esse índice encerrou o trimestre em 0,8x, dentro do limite estabelecido.

Já os covenants da 2ª e 3ª emissões de debêntures consideram o índice Dívida Líquida pelo Ebitda Ajustado, que não pode ser igual ou superior a 3,5x. O índice Dívida Líquida pelo Ebitda Ajustado² encerrou o trimestre em 0,5x, dentro do limite estabelecido.

Todas as emissões também consideram um covenant de cobertura de juros (Ebitda Ajustado pelas Despesas Financeiras), que não pode ser inferior a 1,75x. Ao final do 1T14, esse indicador estava em 19,3x.

Dívida Líquida (R\$ bilhões)



*Conforme estabelecido na 2ª e 3ª emissão de debêntures

⁶ Ebitda Ajustado - O Ebitda é ajustado (i) pelas despesas/receitas financeiras e (ii) pelos valores de depreciação e amortização para melhor refletir a geração de caixa operacional da Companhia

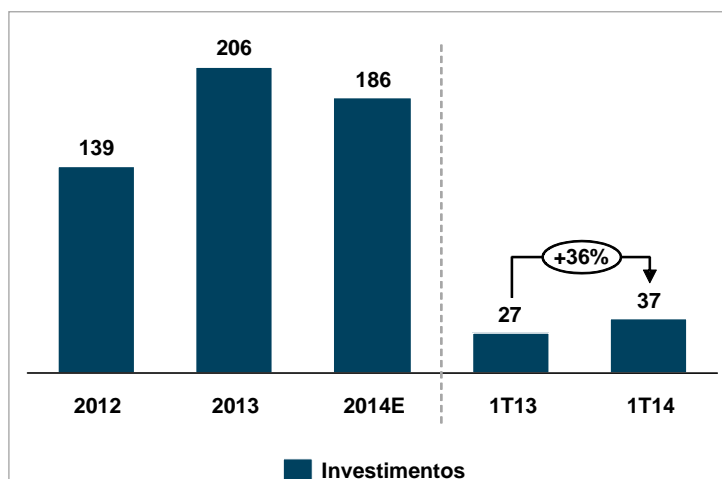
² Idem ao anterior

INVESTIMENTOS

No 1T14, os investimentos da AES Tietê somaram R\$ 37,2 milhões, valor 36,2% acima do montante investido no 1T13 (R\$ 27,3 milhões). Desse total, R\$ 28,3 milhões foram destinados à modernização e manutenção preventiva das usinas, com destaque para Água Vermelha (R\$ 14,1 milhões), Barra Bonita (R\$ 5,4 milhões), Promissão (R\$ 2,4 milhões) e Ibitinga (R\$ 1,5 milhões), e R\$ 8,6 milhões referentes a juros capitalizados, associado ao incremento na base de ativos imobilizados em andamento, considerando o plano de manutenção e modernização das usinas para os anos de 2013 e 2014.

O total de investimentos previstos para 2014 permanece em R\$ 185,5 milhões, a serem destinados principalmente à modernização e manutenção preventiva das usinas de Água Vermelha, Barra Bonita e Bariri para manutenção das suas condições operacionais e assegurar a disponibilidade de geração de energia. Estima-se também que R\$ 7,9 milhões sejam destinados a projetos de TI.

Histórico de Investimentos
(R\$ milhões)



FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

R\$ Milhões	1T13	1T14
SALDO DE CAIXA INICIAL	396,9	456,7
Geração Operacional de Caixa	335,1	419,0
Investimentos	(24,2)	(28,4)
Despesas Financeiras Líquidas	(10,9)	(5,7)
Amortização Líquida	377,6	179,1
Imposto de Renda	(398,8)	(399,6)
Caixa Livre	278,8	164,3
Dividendos e JSCP	(0,0)	(3,1)
SALDO DE CAIXA CONSOLIDADO	675,7	617,9

O fluxo de caixa gerencial é um instrumento de gerenciamento de caixa e pode apresentar algumas diferenças em relação aos procedimentos contábeis, os quais adotam o regime de competência para fins de reconhecimento de resultados.

O fluxo de caixa livre totalizou R\$ 164,3 milhões no 1T14, montante 41,1% inferior ao registrado no 1T13 (R\$ 278,8 milhões). Esse desempenho ocorreu em função:

- (i) incremento de R\$ 83,9 milhões na geração de caixa operacional (R\$ 419,0 milhões no 1T14 ante R\$ 335,1 milhões no 1T13) explicada sobretudo pela maior receita com venda de energia no mercado spot; compensado por:
- (ii) maior captação realizada no 1T13 (R\$ 480,0 milhões versus R\$ 300,0 milhões no 1T14);
- (iii) maior volume de investimentos (R\$ 28,4 milhões no 1T14 versus R\$ 24,2 milhões no 1T13) destinados à manutenção e modernização das usinas da AES Tietê.

Como resultado, o saldo do caixa totalizou R\$ 617,9 milhões no 1T14 versus R\$ 675,7 milhões no 1T13.

OBRIGAÇÃO DE EXPANSÃO

O Edital de Privatização da AES Tietê estabeleceu à Companhia a obrigação de expandir a capacidade instalada de seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (aproximadamente 400 MW) no Estado de São Paulo, por intermédio de energia nova, no período de oito anos, a partir da assinatura do seu contrato de concessão, ocorrida em dezembro de 1999 (“Obrigação de Expansão”).

Contudo, foram estabelecidas restrições regulatórias posteriormente à privatização, em especial a criação de um novo modelo do setor elétrico, por meio da publicação da Lei nº 10.848/2004, que tornaram inviável o cumprimento da Obrigação de Expansão, tal como originalmente concebida.

Com o novo modelo do setor, a AES Tietê passou a sujeitar-se à restrições para a comercialização de energia elétrica. A Companhia foi impedida de negociar contratos diretamente com as distribuidoras e essas, por sua vez, foram obrigadas a adquirir energia em leilões de energia nova, dificultando o cumprimento da Obrigação de Expansão por meio de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo. Há ainda restrições regionais, tais como o volume de recursos hídricos e eólicos disponíveis no Estado de São Paulo para projetos de geração de energia, os quais impedem o desenvolvimento de projetos competitivos frente aos outros estados do País.

Em setembro de 2011, a Companhia foi citada em uma ação ordinária na qual o Estado de São Paulo requereu que a AES Tietê cumprisse, em um prazo de 24 meses, a obrigação de expandir sua capacidade instalada. O juiz responsável pela ação ordinária concedeu liminar, determinando o início do decurso do prazo de 60 (sessenta) dias para a Companhia apresentar seu plano para o cumprimento da Obrigação de Expansão. A AES Tietê apresentou o projeto “Termo São Paulo”, detalhado a seguir.

Em dezembro de 2012, foi anexada ao processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o plano de expansão da capacidade apresentado pela AES Tietê (“Termo São Paulo”), no qual se alega basicamente que: (i) o plano apresentado é consistente; (ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; (iii) a usina termelétrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; (iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobras, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da Obrigação de Expansão. O juízo de 1ª instância determinou que a AES Tietê se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação.

Em junho de 2013, a AES Tietê: (i) apresentou seus comentários sobre as considerações do Estado de São Paulo; (ii) apresentou laudo pericial elaborado pela PSR (consultoria especializada no setor elétrico brasileiro), relativo às dificuldades de cumprimento da Obrigação de Expansão, e (iii) informou seu interesse em uma audiência de conciliação.

Em agosto de 2013, as partes foram intimadas sobre a designação de uma audiência de conciliação para outubro de 2013. A audiência de conciliação foi realizada, tendo o juiz responsável pelo caso determinado a suspensão do processo até dezembro de 2013 para que as partes estudassem alternativas para expandir a capacidade de geração da AES Tietê, que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo pela Companhia, qual seja, o projeto Termo São Paulo.

Entre outubro e dezembro de 2013, a AES Tietê e o Estado de São Paulo se reuniram algumas vezes para discutir o potencial energético de diferentes fontes e estudar alternativas à Obrigação de Expansão.

No último dia 13 de março, foi publicada uma determinação do juízo para que as partes informassem se chegaram a uma composição, tendo tanto a Companhia, quanto o Estado de São Paulo, apresentado pedido de suspensão do processo por mais 60 dias, a fim de dar continuidade às negociações. Tais pedidos ainda não foram apreciados pelo juízo.

Esforços em andamento para cumprimento da Obrigação de Expansão

Para cumprir com o requerimento de expansão, a Companhia está desenvolvendo um novo projeto para construção de uma termelétrica a gás natural, com capacidade líquida de geração de aproximadamente 503 MW. Em novembro de 2009, foi definida a localização da planta e, em agosto de 2010, concluído o estudo de viabilidade técnico-econômica, que indica a viabilidade do projeto e sinaliza a continuidade das ações de seu desenvolvimento.

Em janeiro de 2011, a AES Tietê protocolou na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e, em maio, participou da audiência pública realizada na cidade de Canas, visando à obtenção da Licença Ambiental Prévia (LP). No dia 18 de agosto de 2011, no município de Lorena, foi realizada audiência pública para complementar o processo de obtenção da LP. Em 20 de outubro de 2011, a LP para construção da usina termelétrica no município de Canas foi emitida pela CETESB.

A Companhia tem projetos térmicos a gás natural aptos a participar dos leilões regulados desde 2011. Entretanto, devido à decisão da Petrobrás de não apresentar uma proposta vinculante de contrato de fornecimento de gás para projetos térmicos, incluindo o projeto Termo São Paulo, não foi possível participar desses certames promovidos nos últimos anos.

Apesar desse entrave, a Companhia continua trabalhando para viabilizar o projeto Termo São Paulo. A prioridade hoje é resolver a questão do gás para que a Companhia possa participar dos leilões no mercado regulado. Para tanto, a Companhia vem mantendo entendimentos com o Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Energia do Estado de São Paulo e Petrobrás para viabilizar o fornecimento de gás.

Além do projeto Termo São Paulo, a Companhia adquiriu a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade líquida de 579 MW, a ser instalada no município de Araraquara. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da AES. A Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos caso os dois projetos sejam executados simultaneamente.

Contribuíram para o cumprimento da Obrigação de Expansão, a PCH São Joaquim (3 MW), finalizada em julho de 2011, e a PCH São José (4 MW), finalizada em março de 2012, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

DESEMPENHO DAS AÇÕES

As ações preferenciais e ordinárias da AES Tietê encerraram o mês de março cotadas a R\$ 18,04 e R\$ 15,80, respectivamente. No trimestre, as ações preferenciais tiveram variação negativa de 5,5% e as ordinárias desvalorizaram 11,2%. No mesmo período, o Ibovespa e o IEE registraram quedas de 2,1% e 5,4%, respectivamente, enquanto o TSR (índice que indica o total de retorno ao acionista das ações preferenciais) apresentou desvalorização de 5,5%.

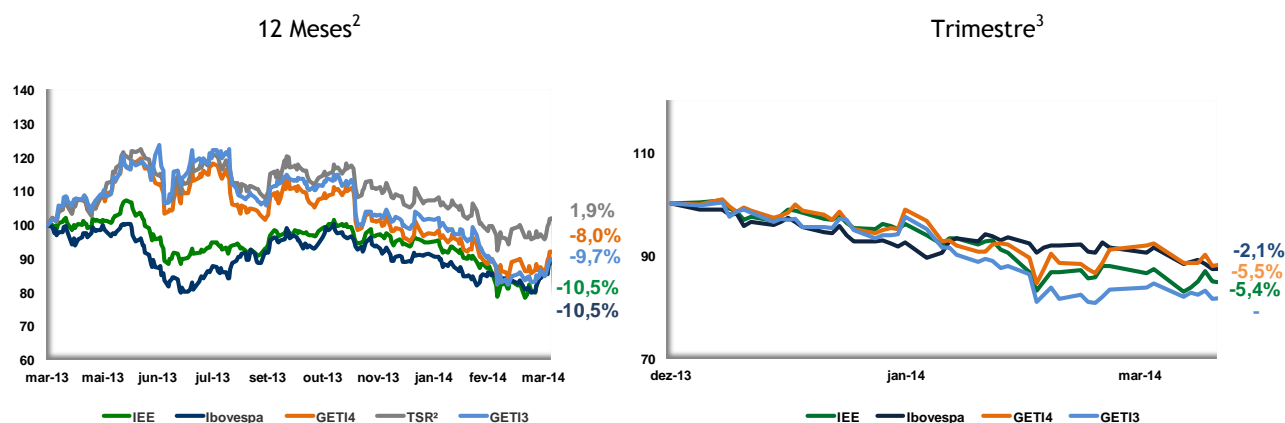
O desempenho negativo no trimestre é reflexo da preocupação do mercado com o cenário hidrológico e com o potencial risco de racionamento devido às condições hidrológicas desfavoráveis do início do ano. Além disto, as perspectivas eleitorais e eventuais mudanças na política econômica também exerceram influência no Ibovespa, no IEE e nas ações da Companhia.

A evolução da estratégia de comercialização de energia pós 2016 apresentado pela empresa, assim como os resultados positivos divulgados no último trimestre tiveram influência positiva no comportamento das ações, minimizando as circunstâncias desfavoráveis.

Os papéis da Companhia foram negociados em 100% dos pregões da BM&FBovespa durante o 1º trimestre de 2014. Os dados de liquidez mostram a realização de 78,9 mil negócios envolvendo ações ordinárias no período (acréscimo de 93,7% sobre o 4T13), movimentando aproximadamente 21 milhões de ações; e 154,4 mil negócios envolvendo ações preferenciais no período (volume 20,4% superior ao registrado no 4T13), movimentando aproximadamente 40,8 milhões de ações.

AES Tietê x Ibovespa x IEE x TSR1

Base 100



1 - Total Shareholder Return - Retorno total ao acionista (considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período)

2 - Base 100: 28/03/2013

3 - Base 100: 28/12/2013

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Cia Brasileira de Energia	140.882.909	71,3%	59.447.111	32,3%	200.330.020	52,5%
Centrais Elétricas Bras. S.A - Eletrobrás	150.534	0,1%	30.107.688	16,4%	30.258.222	7,9%
Outros (Free Float)	56.427.768	28,6%	94.237.483	51,3%	150.665.251	39,5%
Total	197.461.211	100,0%	183.792.282	100,0%	381.253.493	100,0%

em 31/03/2014

PLATAFORMA DE SUSTENTABILIDADE

Entre os resultados socioambientais destacam-se a não existência de acidentes com colaboradores próprios e com a população e a destinação à reciclagem ou reaproveitamento de 43,84 toneladas de resíduos, o que representa 90% do total de resíduos gerados pela Companhia.

Segurança

A segurança dos colaboradores e da população é o valor número 1 da AES Tietê. Para tanto, a companhia mantém um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO), certificado externamente, que tem como objetivo antecipar riscos e garantir a integridade física de sua força de trabalho. Desse modo, a Companhia potencializa seus investimentos em treinamento profissional, reduz sua exposição ao risco de falta de mão de obra qualificada e proporciona mais segurança à população.

No 1T14, a companhia manteve o foco na prevenção de acidentes com a força de trabalho, encerrando o trimestre com 2.035 ações entre inspeções e caminhadas de segurança, o equivalente a mais de 23 eventos por dia no período. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, foi observado um aumento de 63%. Essas ações, entre outras, contribuíram para mantermos em zero o número de dias perdidos com colaboradores próprios e terceirizados.

Comparando o 1T14 com o mesmo período do ano anterior, foi mantido o número de acidentes sem afastamento (4 acidentes), porém, a taxa de frequência (TF) com contratados no 1T13 foi de 17,06 e no 1T14 foi de 9,06, apesar do aumento no número de horas trabalhadas no 1T14.

Com relação à segurança com a população, desde fevereiro de 2009 não ocorrem acidentes nas áreas administradas pela Companhia.

Eficiência no Uso de Recursos

A Companhia conta com o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado externamente, que tem como principais focos a prevenção, a correção, a mitigação e o controle de impactos ambientais. O SGA expande as fronteiras da AES Tietê e trata de temas que envolvem gestão de fornecedores, bem como os impactos que as atividades causam nas comunidades do entorno.

No 1T14, a gestão de resíduos sólidos na AES Tietê resultou na reciclagem ou reaproveitamento de 90% do total de 43,84 toneladas de resíduos gerados pela Companhia, o que contribui para a mitigação dos impactos das suas atividades.

No 1T14 as emissões de CO₂ totalizaram o equivalente a 191 mil toneladas⁷, ante as 179 mil toneladas do 1T13, em decorrência, principalmente, do aumento do consumo próprio de energia devido às manutenções nas usinas.

Desenvolvimento e Valorização de Fornecedores

Para gerir e auxiliar o desenvolvimento de seus fornecedores, a Companhia conta com o Índice de Desempenho de Fornecedores (IDF), que opera como uma ferramenta capaz de auxiliar a organização a se antecipar aos riscos operacionais, além dos riscos de imagem e reputação, causados por uma eventual postura inadequada de seus fornecedores. No 1T14 o IDF dos fornecedores da AES Tietê foi de 78,15, acima da meta anual estabelecida que é de 75,00.

Um importante avanço para o IDF, que evidencia seu amadurecimento e alinhamento ao Planejamento Estratégico Sustentável, foi a revisão, em 2013, dos critérios de avaliação dos fornecedores, com o aprimoramento, principalmente, dos critérios sociais e ambientais, traduzindo a preocupação da Companhia com o pleno desenvolvimento de seus fornecedores e com a gestão de riscos.

A partir deste ano, implantaremos o programa Parcerias Sustentáveis, uma iniciativa que visa fomentar o compromisso com o desenvolvimento sustentável na cadeia de valor da Companhia. Durante as avaliações mensais de entrega dos serviços, materiais ou equipamentos mais críticos para os negócios da Companhia, o Parcerias Sustentáveis identificará os fornecedores que necessitam de melhoria, que atendem os padrões ou que superam os padrões e que, neste último caso, poderiam compartilhar as melhores práticas de sustentabilidade com os demais fornecedores, com o apoio da AES Tietê. Para os outros dois grupos de fornecedores - que atendem os padrões ou que necessitam de melhoria - a Companhia disponibilizará

⁷ Importante ressaltar que o cálculo do 1T14 considerou o fator de emissões do grid nacional do 1T13, pois até a elaboração deste release, o governo federal não havia divulgado o fator de emissões do 1T14.

palestras e eventos para desenvolvê-los. Essas ações podem contemplar não apenas a troca de melhores práticas, mas também treinamentos conceituais sobre ferramentas de qualidade da gestão que ajudam a desenvolver os negócios, gerando competitividade e sustentabilidade.

Desenvolvimento e Valorização de Colaboradores

A Companhia tem o compromisso de atrair, desenvolver e reter talentos. Para isso, busca proporcionar um ambiente de trabalho ético e inclusivo, que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento pessoal e profissional, por meio da educação para a sustentabilidade e da aplicação de critérios que valorizem os compromissos assumidos com seus colaboradores.

Em março foi lançada a campanha Histórias que Transformam que consiste em depoimentos de colaboradores por meio de vinte vídeos sobre suas histórias pessoais e profissionais relacionadas à AES Tietê, demonstrando como vivenciam os valores e a marca todos os dias e como esses comportamentos são refletidos nas interações com os demais públicos de relacionamento. No 1T14 dois destes vídeos foram lançados.

Desenvolvimento e Valorização de Comunidades

O engajamento das comunidades no entorno de suas operações faz parte da estratégia de atuação da AES Tietê. Desse modo, por meio de recursos próprios e incentivados, a Companhia investe continuamente em projetos que proporcionem acesso à educação, cultura, esporte e à capacitação profissional inclusiva. Essas atividades foram viabilizadas, no 1T14, pelo investimento de R\$ 422 mil.

A Casa de Cultura e Cidadania, com quatro unidades mantidas pela AES Tietê, foi a principal beneficiária desses investimentos, que resultaram no atendimento a 50,2 mil pessoas no 1T14 por meio de cursos de cultura e esporte, espetáculos e apresentações artísticas.

Geração de Energia Sustentável

Conforme anteriormente referenciado, a AES Tietê contabilizou no último mês de março o valor de US\$ 430,000 (R\$ 1,0 milhão) pela venda de créditos de carbono ao Banco Mundial, resultados do reflorestamento, com árvores de espécies nativas, das bordas dos reservatórios de suas usinas hidrelétricas. Esse projeto pioneiro e único no mundo está alinhado ao Planejamento Estratégico Sustentável da AES Tietê e do grupo AES Brasil, contribuindo para o aumento da biodiversidade e prevenindo impactos nos reservatórios das usinas.

DASHBOARD DE SUSTENTABILIDADE - AES TIETÊ						
Compromisso/Indicador						
SEGURANÇA	2012	2013	1T14	Meta 2014	Realizado (%)	Tendência 2014
Nº total de acidentes fatais	0	0	0	0	-	
Taxa de Frequência (TF) Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
Taxa de Frequência (TF) Contratados	4,81	5,05	9,06	4,55	199%	
Taxa de Gravidade (TG) Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
Taxa de Gravidade (TG) Contratados	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
Nº total de acidentes com população	0	0	0	0	-	
Nº total de fatalidades com população	0	0	0	0	-	
EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS	2012	2013	1T14	Meta 2014	Realizado (%)	Tendência 2014
NATURAIS						
Índice da soma de resíduos reciclados, reaproveitados e reutilizados / total de resíduos gerenciáveis gerados	85%	95%	90%	95%	95%	
Redução das emissões de CO2e (%)	8,9%	-7,4%	-21%	ND	-	
DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO	2012	2013	1T14	Meta 2014	Realizado (%)	Tendência 2014
COLABORADORES						
Taxa de rotatividade voluntária - col. próprios (%)	6,04%	5,33%	0,87%	ND	-	-
FORNECEDORES						
IDF - Índice de Desempenho de Fornecedores	79	78	78,15	75,00	104%	

Observação: os dados de resíduos na tabela acima se referem aos meses de janeiro e fevereiro.

Legenda:

- dentro/acima do esperado para o trimestre
- abaixo do esperado para o trimestre, plano de ação em andamento
- abaixo do esperado para o trimestre, plano de ação em implantação
- ND meta a ser definida

CONTATOS:

Clarissa Sadock

Diretora de Relações com Investidores

clarissa.sadock@aes.com

Tel.: (11) 2195-7048

Gerente de RI	E-mail	Telefone
Lina Paolone Gallo	lina.gallo@aes.com	(11) 2195-2097
Analistas de RI	E-mail	Telefone
Isabela Klemes Taveira	isabela.taveira@aes.com	(11) 2195-2212
Thatiana Santos Zago	thatiana.zago@aes.com	(11) 2195-2681
Gabriela Rigo Bussotti	gabriela.bussoti@aes.com	(11) 2195-7433
www.aestiete.com.br/ri		ri.aestiete@aes.com

A AES TIETÊ CONVIDA PARA:

Teleconferência / Webcast

APRESENTAÇÃO:

Britaldo Soares - Diretor Presidente

Gustavo Pimenta - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DATA: quinta-feira, 08 de maio de 2014

HORÁRIO: 10h00 (BR) / 9h00 am (EDT)

CONEXÃO:

- **Brasil:** (+55 11) 3193-1001
- **EUA:** (+1) 888 700-0802
- **Outros países:** (+1) 786 924-6977

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PARA INGLÊS

CÓDIGO DA CONFERÊNCIA: AES Tietê

REPLAY: (+55 11) 3193-1012

CÓDIGO PORTUGUÊS: 2018637#

CÓDIGO INGLÊS: 4432856#

DISPONIBILIDADE: 08/05/2014 até 14/05/2014

Os *slides* da apresentação estarão disponíveis para visualização e *download* no *website* www.aestiete.com.br/ri.

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela Internet, no mesmo *website*, em que ficará disponível após o evento.

Declarações contidas neste documento relativas a perspectivas dos negócios da AES Tietê, projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Empresa, constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado, do desempenho econômico do Brasil, do setor elétrico e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças.

ANEXOS - DADOS CONSOLIDADOS - R\$ mil

CONSOLIDADO		
ATIVO	31.12.2013	31.03.2014
ATIVO CIRCULANTE	763.873	1.212.214
DISPONIBILIDADES	456.727	617.917
Caixa e bancos	108.420	195.141
Aplicações financeiras	348.307	422.776
CRÉDITOS	279.574	435.467
Revendedores	50.731	231.472
Outras contas a receber	228.354	202.670
Devedores diversos	489	1.325
OUTROS	27.572	158.830
Tributos e contribuições sociais	23.988	22.914
Tributos a recuperar	-	1.346
Outros créditos	1.505	134.416
Despesas pagas antecipadamente	2.079	154
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.309.392	3.301.024
Tributos e contribuições sociais diferidos	89.137	86.462
Outros tributos compensáveis	791	791
Cauções e depósitos vinculados	6.476	4.429
Outros créditos	12.609	12.609
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.609)	(12.609)
Imobilizado	3.133.481	3.131.008
Intangível	79.507	78.334
TOTAL DO ATIVO	4.073.265	4.513.238

CONSOLIDADO		
PASSIVO	31.12.2013	31.03.2014
PASSIVO CIRCULANTE	892.752	677.397
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	320.167	351.100
Empréstimos e financiamentos	299.188	299.097
Encargos de dívidas	20.979	52.003
FORNECEDORES	105.190	61.148
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	396.434	201.685
DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECLARADOS	21.438	21.435
PROVISÕES	22.104	16.929
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	10.937	12.324
Provisão para litígios e contingências	11.167	4.605
OUTRAS CONTAS A PAGAR	27.419	25.100
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.396.704	1.694.092
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	796.509	1.096.044
PROVISÕES PARA LITÍGIOS E CONTINGÊNCIAS	56.775	60.147
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS	541.616	536.016
PROVISÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	1.362	1.596
OUTROS	442	289
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.783.809	2.141.749
Capital Social	207.227	207.227
Reservas de Capital	254.083	254.104
Reservas de Lucro - Legal	41.445	41.445
Ajuste de avaliação patrimonial	1.054.959	1.037.625
Dividendos adicionais propostos	-	226.095
Lucros acumulados	226.095	375.253
TOTAL DO PASSIVO	4.073.265	4.513.238

Demonstração dos Resultados	1T13	1T14	Var (%) 1T14 X 1T13
Receita Operacional Bruta	631.759	814.007	28,8%
Suprimento e Transporte de Energia	631.745	812.992	28,7%
Outras Receitas	14	1.015	7150,0%
Deduções da Receita Operacional	(33.660)	(57.788)	71,7%
Receita Operacional Líquida	598.099	756.219	26,4%
Custos do Serviço de Energia Elétrica	(305.467)	(202.903)	-33,6%
Pessoal	(18.120)	(18.044)	-0,4%
Entidade de Previdência Privada	(1.199)	(588)	-51,0%
Material	(861)	(1.380)	60,3%
Serviços de Terceiros	(16.305)	(26.710)	63,8%
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	(16.146)	(17.008)	5,3%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(185.622)	(69.673)	-62,5%
Transmissão e Conexão	(21.901)	(23.222)	6,0%
Taxa de Fiscalização/Encargos	(1.289)	(1.251)	-2,9%
Depreciação e Amortização	(41.157)	(40.225)	-2,3%
Provisões Operacionais	1.785	(172)	-109,6%
Outras despesas (receitas) operacionais	(4.652)	(4.630)	-0,5%
Resultado do Serviço	292.632	553.316	89,1%
EBITDA	333.789	593.541	77,8%
Receita (Despesa) Financeira	(10.756)	(10.429)	-3,0%
Receitas Financeiras	5.755	10.246	78,0%
Despesas Financeiras	(16.414)	(23.239)	41,6%
Variações Monetárias/cambiais - líquidas	(97)	2.564	-2743,3%
Resultado Antes dos Tributos	281.876	542.887	92,6%
Provisão para IR e Contribuição Social	(98.961)	(187.892)	89,9%
Impostos Diferidos	2.810	2.925	4,1%
Lucro Líquido do Exercício	185.724	357.920	92,7%

GLOSSÁRIO

ADR (American Depositary Receipt) - Recibos de ações de fora dos Estados Unidos negociados na Bolsa de Nova York. Como ações de companhias estrangeiras não podem ser negociadas diretamente no mercado americano, os papéis ficam sob custódia de uma instituição financeira, e seus recibos circulam na Bolsa de Nova York. Acabam acompanhando a variação das ações em seu país de origem e do câmbio entre os dois mercados.

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia sob regime especial, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando, sempre, a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) - Associação que tem como propósito promover intercâmbio de ideias, networking e conhecimento estratégico entre executivos. A ANEFAC desenvolveu o Prêmio ANEFAC-FIPECAFI-Serasa Experian, conhecido como “Troféu Transparência”, que reconhece empresas que apresentam as demonstrações financeiras mais transparentes do país. O prêmio é considerado como sendo extremamente respeitado devido à seriedade e credibilidade das instituições envolvidas.

APINE (Associação Brasileira dos Produtores Independentes da Energia Elétrica) - Entidade representativa dos produtores independentes de energia elétrica que interage com os poderes executivo e legislativo e com outros organismos envolvidos com o setor elétrico brasileiro (Aneel, ONS, CCEE, etc.), além de setores influentes como do meio ambiente e da gestão hidrológica.

Capacidade instalada dos sistemas interligados - É o somatório das potências nominais das centrais geradoras e instalações de importação de energia em cada um dos sistemas interligados das regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Neste último caso não é considerada a potência nominal relativa à Itaipu Binacional.

Capacidade instalada nacional - É a soma das capacidades instaladas dos sistemas interligados, acrescida das capacidades instaladas dos sistemas isolados.

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja criação foi autorizada nos termos do art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004. Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da Aneel, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE, restritos ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

CDB (Certificado de Depósito Bancário) - Títulos nominativos emitidos pelos bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos.

CDI (Certificado de Depósito Interbancário) - Taxa de referência no mercado de juros, originada da média negociada entre instituições financeiras.

CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) - Agência do governo responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento, e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo.

CFURH (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos) - Instrumento que busca ressarcir financeiramente os municípios atingidos pela água dos reservatórios das hidrelétricas.

CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) - Na condição de órgão de assessoramento do Presidente da República, o conselho formula políticas e diretrizes energéticas.

COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) - Contribuição federal, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas. Em geral é destinada a financiar a seguridade social.

Contrato bilateral - Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre agentes da CCEE, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

Covenants - Compromisso em um contrato de emissão de títulos, restringindo determinadas situações ou atividades com o objetivo de dar maior segurança ao financiador.

CVaR (Conditional Value at Risk/Valor Condicionado a um Dado Risco) - Metodologia que considera os cenários hidrológicos mais desfavoráveis na definição da política de operação do sistema. A aplicação da metodologia embute o custo do despacho termelétrico no Preço de Liquidação das Diferenças, usado nas operações do mercado de curto prazo.

Dividend yield - Índice que mensura a rentabilidade relativa dos dividendos de uma empresa que é pago aos seus acionistas em relação à cotação atual da ação desta empresa em determinado período.

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization Expenses) - Resultados financeiros da empresa antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e despesas de amortização.

EIA (Estudo de Impacto Ambiental)/RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) - Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente responsáveis pela emissão de licenças ambientais para atividades consideradas potenciais de degradação e poluição devido à utilização de recursos naturais.

ENA (Energia Natural Afluente) - Medida em MW médios, é uma forma de apresentar a situação da vazão de um rio em um dado momento. Usualmente é calculada em percentual para mostrar se está acima ou abaixo da média histórica de longo termo (média mensal do histórico de 1931 a 2011).

Energia Secundária - Energia resultante do processamento de energia primária (que é natural e renova a si mesma) nos centros de transformação.

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada pelo Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, com base no disposto na Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004. É o órgão responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

ESS (Encargos de Serviços do Sistema) - Encargo setorial que representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do SIN para o atendimento do consumo da energia elétrica do Brasil.

Garantia Física (Garantia Assegurada) - É a quantidade máxima de produção de energia elétrica que pode ser mantida pelas usinas hidrelétricas durante um determinado período de tempo, admitindo a ocorrência de todo possível risco, como a variabilidade hidrológica.

GSF (Generation Scaling Factor/Fator de Ajuste da Garantia Física) - O percentual de energia que todos os participantes do MRE estão gerando em relação ao total da sua Garantia Física.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) - Órgão federal responsável pela preservação, controle, fiscalização, e conservação do meio ambiente, além da realização de estudos sobre o meio ambiente e a concessão de licenças ambientais para empreendimentos que possam impactar a natureza.

ICMbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) - Órgão ambiental vinculado ao Ministério do Meio Ambiente responsável por fiscalizar, monitorar e proteger as Unidades de Conservação através do exercício do poder de polícia ambiental.

IEE (Índice de Energia Elétrica) - Índice setorial da BMF&BOVESPA que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - Medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de inflação mensal calcula a variação dos preços no comércio, refletindo o custo de vida para famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos.

IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) - Índice de inflação mensal, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que calcula a variação de preços no mercado de atacado, consumo, e construção civil, considerando inclusive produtos importados. O indicador apura as variações de preços de matérias-primas agrícolas e industriais no atacado e de bens e serviços finais no consumo.

ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) - Ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BMF&BOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa. Busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

LP (Licença Ambiental Prévia) - Procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual ou municipal, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental.

MW (Megawatt) - Unidade de medida de energia mecânica ou elétrica, de fluxo térmico e de fluxo energético de radiação, equivalente a um milhão de watts.

Mercado Spot - Mercado que admite transações em que a entrega da mercadoria ocorre a curto prazo e o pagamento é feito à vista. É comum recorrer a este mercado para a obtenção de energia elétrica com urgência, normalmente devido à escassez do recurso, o que torna os preços elevados.

MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) - É direcionado a um pleno aproveitamento do parque produtivo, resultando num processo de transferência de energia entre geradores.

MRGF - antigo MRA (Mecanismo de Redução de Garantia Física) - O MRGF tem como objetivo avaliar se as usinas participantes do MRE cumpriram ou não os requisitos de disponibilidade estabelecidos pelo ONS. Tal avaliação é feita por meio de uma comparação entre os parâmetros verificados de interrupções programadas e forçadas em relação aos parâmetros de referência estabelecidos pela ANEEL para uma usina. Quando os valores verificados superam os valores de referência, há redução da Garantia Física da usina apenas para fins de aplicação do MRE, não reduzindo o recurso da usina que pode ser comercializado através de contratos.

Mercado de Curto Prazo (MCP) - "Mercado" no qual são liquidadas as diferenças apuradas entre os requisitos e recursos de energia dos Agentes.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Pessoa jurídica de direito privado autorizada a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

PAS 55 - Metodologia para gestão de ativos elaborada em 2004 pelo Instituto Britânico de Normas (*British Standards Institution's*), como resposta ao reconhecimento de que não havia padrão de referência na gestão de ativos. A PAS 55 detalha processos/procedimentos que asseguram à organização as melhores práticas na gestão dos ativos e atenta, principalmente, para o desempenho, o risco e o custo dos ativos físicos.

PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) - A provisão é realizada para cobrir perdas possíveis na cobrança das duplicatas a receber ou em outros créditos existentes na empresa. É constituída sempre que houver alguma evidência ou expectativa de perdas na realização destes créditos.

PIS (Programa de Integração Social) - O PIS tem a finalidade de promover a integração do empregado com o desenvolvimento da empresa em que trabalha. Através do cadastramento no programa, o trabalhador recebe um número de inscrição que possibilita consulta e saques de benefícios sociais.

PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) - Preço de curto prazo, pelo qual são liquidadas as diferenças entre a energia contratada e gerada. A volatilidade do preço está diretamente relacionada à dinâmica das afliências.

PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) - Empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1.000 KW e igual ou inferior a 30.000 KW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3,0 Km².

Sazonalização - A sazonalização admite que o volume de energia entregue à AES Eletropaulo varie ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado atendido por aquela companhia. A variação normalmente acontece de acordo com as diferentes estações climáticas do ano.

SGA (Sistema de Gestão Ambiental) - Busca identificar, controlar, e melhorar constantemente impactos ambientais.

SGSSO (Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional) - Conceito que estabelece requisitos relacionados à gestão da saúde ocupacional e segurança com o objetivo de conhecer melhor os riscos existentes na organização e minimizá-los.

SIN (Sistema Interligado Nacional) - Sistema hidrotérmico de grande porte, com forte predominância de usinas hidrelétricas, composto por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. A operação no sistema é baseada na interdependência, integrando recursos hidrelétricos de geração e transmissão de energia para atender o mercado. A interligação viabiliza a troca de energia entre regiões com diferentes variações climáticas e hidrológicas, que tendem a ocasionar excedente ou escassez de produção. O sistema também prevê a redução de custos operativos e a minimização da produção térmica.

TAR (Tarifa Atualizada de Referência) - É utilizada para o cálculo da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. A tarifa é reajustada anualmente com base no IPCA.

TUSDg (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição para as geradoras) - Tarifa destinada ao pagamento pelo uso do sistema de distribuição.

TUSTrb (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) - Tarifa relativa ao uso de instalações da Rede Básica, que considera os custos de operação e expansão das linhas de transmissão.

VN (Valor Normativo) - Custo de referência para cotejamento entre preço de compra e o preço a ser repassado às tarifas.